



ACÓRDÃO Nº1001/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11414/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Elienai Pereira Cursino (Ordenador de Despesa).
Unidade Técnica: DICAMI.
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6379/2016-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 7- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Recomendação. Determinação.*

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 8.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. **Elienai Pereira Cursino**, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 8.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Elienai Pereira Cursino**, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que devem ser recolhidos aos confres da Fazenda Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ realitivamente às restrições 5 (permanência em caixa de valores monetários durante todo exercício de 2015 ,em observância ao art. 43 da Lei nº 101/00 c/c o § 3º do art. 164 da CF/88 c/c os §§ 1º e 2º do Art. 156, da CE/89) e 9 (ausência de documentação comprobatória dos Processos Licitatórios e Instrumentos Contratuais, bem como as despesas realizadas no decorrer do exercício de 2015, descumprindo os artigos 2º, 24 e 25, da Lei nº 8666/93, c/c com art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 e a Decisão deste Tribunal). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei



ACÓRDÃO Nº1001/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

8.3. Recomendar à Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã que:

- a)** Observe e cumpra o prazo de remessa dos informes periódicos via Portal E-Contas a este Tribunal, conforme estabelecido no art. 3º da Resolução TCE nº 13/2015;
- b)** Observe estritamente o prazo de envio dos Relatórios de Gestão Fiscal-RGF, previsto no art. 5º da Resolução TCE nº 24/2013;
- c)** Adote providências no sentido de revogar a Resolução nº 01/2007/CMSSA, sancionada em 28/05/2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos dos Servidores do Poder Legislativo do Município de São Sebastião do Uatumã e que este seja regulamentado por lei, conforme estabelece o art. 37, inciso II, da Constituição Federal e o art. 109, inciso II, da Constituição do Estado do Amazonas;
- d)** Programe os procedimentos administrativos de controle dos pagamentos de despesas via bancária, nos termos do art. 65 da Lei nº 4.320/1964, e que as disponibilidades de caixa sejam mantidas em instituições financeiras, conforme prevê o art. 43 da Lei nº 101/2000 c/c o § 3º do art. 164 da CF/88 e os §§ 1º e 2º, do art. 156 da CE/89, evitando, assim, possíveis prejuízos ao erário municipal, pela perda de rentabilidade imediato com possíveis aplicações no mercado financeiro;
- e)** Cumpra o valor previsto no Orçamento Anual da Câmara para as despesas com diárias para alimentação, pousada e locomoção urbana concedidas aos agentes políticos e servidores, em razão do princípio constitucional da economicidade, expresso no art. 70 da Constituição Federal;
- f)** Faça um controle eficaz no consumo de combustíveis e derivados de petróleo da Câmara, tendo em vista que quaisquer despesas realizadas pela administração pública seja ela relativa a combustíveis, materiais elétricos, gêneros alimentícios e outros, deve ser controlada sua distribuição seja mediante requisição ou outro tipo de controle, caso isso não ocorra, estará o gestor comprometendo a fiel liquidação da despesa, estabelecida nos artigos 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964;
- g)** Observe estritamente ao que determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64, se possível de forma eletrônica, indicando a especificação do bem, quantidade, data da aquisição com nº do empenho, nº da nota fiscal,



ACÓRDÃO Nº1001/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

valor, nº do tombo, localização e agentes reposáveis por sua guarda e administração e, ainda, o exposto no parágrafo único do art. 1º da Portaria STN nº 733 de 26/12/2014, quanto aos registros e avaliações dos bens de caráter permanentes adquiridos pela Câmara;

h) Observe e cumpra o estabelecido na Decisão Administrativa do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas nº 163/2007, originário da ata da 39ª sessão ordinária judicante do dia 06 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, edição do dia 12/12/2007, quanto à necessidade das Prefeituras e Câmaras Municipais do interior do Estado de manterem em suas sedes os documentos contábeis em original, para que esta Corte de Contas possa exercer o controle externo, ressaltando que a não observância desta medida ensejará a aplicação das cominações prevista em lei pertinente à matéria;

8.4. Recomendar à próxima Comissão de Inspeção - DICAMI que:

a) Observe se foi efetivamente regularizada a questão abordada no item “8” do ato notificatório, quanto ao registro e à guarda dos bens de caráter permanente adquiridos pela Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, na forma estabelecida no art. 94 da Lei Federal nº 4.320/64, assim como no parágrafo único do art. 1º da Portaria STN nº 733 de 26/12/2014, quanto aos registros e avaliações dos bens de caráter permanentes adquiridos pela Câmara, caso contrário, aplique as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93, por reincidência neste tipo de violação ao diploma legal supra;

b) Observe se Câmara do Município de São Sebastião do Uatumã implantou mecanismos para um controle eficaz de consumo de combustíveis e derivados de petróleo, em razão do princípio constitucional da economicidade, expresso no art. 70 da Constituição Federal;

8.5. Determinar ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

9- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 6 de Dezembro de 2016

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº1001/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral